



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1369

ESPAÇOS PRATICADOS: HISTÓRIA E REGIÃO

Megi Monique Maria Dias

(Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História – UNICENTRO/PR)

Resumo: As estratégias sociais e de poder que permeiam a legitimação histórica de uma cultura demonstra a necessidade da realização de estudos que pensem sobre as práticas e representações sociais e políticas nos discursos, sempre considerando o fato de que estes se alteram de acordo com as demandas das 'lutas simbólicas' por um determinado espaço, através da busca pela legitimação de um dado discurso. Desta maneira, é possível observar os efeitos da construção do simbólico nas práticas e saberes que confirmam seu reconhecimento definitivo ou temporário. Sendo assim, a história e a região se apresentam como espaços praticados, realidades pautadas em relações sociais que são estabelecidas para tornar dizível e visível um espaço, de maneira que este se desdobra, também, como espaço simbólico, enquanto resultado do desenvolvimento de um processo histórico e social. Sobretudo, é importante que a região passe a ser pronunciada e descrita de modo que seja possível desmistificar o poder e a força dos discursos instituídos por atividades intelectuais, culturais e políticas de uma determinada ideia de região. Intenta-se para uma reflexão histórica da ideia de região que, neste caso, deve ser pensada como um conceito em constante transformação e que se configura através de discursos e tramas performativos, que sustentam a concepção de uma construção mediada por lutas de forças simbólicas entre os indivíduos de um dado espaço social, conformados em práticas que dão sentido ao que denominamos região.

Palavras-chaves: Região; História; Discursos; Simbólico;

Financiamento: Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Introdução/Justificativa

As estratégias sociais e de poder que permeiam a legitimação histórica de uma cultura demonstram a necessidade da realização de estudos que reflitam sobre as práticas e representações sociais, principalmente pelo fato de que se alteram de acordo com as demandas das "lutas simbólicas" por um determinado espaço,

através de um dado discurso¹. Por sua vez, o campo de produção simbólica é o lugar onde as lutas pela legitimação social acontecem, onde as formas disseminadas no imaginário das sociedades fazem ver e reproduzem as práticas e experiências do universo de um grupo social particular, que em função de seus sistemas simbólicos (instrumentos estruturados e estruturantes), impõe a legitimação – por vezes de forma violenta – de sua dominação no campo de produção simbólica do mundo social.

Para Pierre Bourdieu, as “lutas simbólicas” conformam relações de forças de ordem simbólica e material que constroem lugares e espaços através da disseminação e afirmação de interesses, de maneira que, os grupos envolvidos possam legitimar sua dominação simbólica, sobretudo quando conseguem criar um consenso e validar um determinado sentido para o mundo social ². A análise estrutural que o autor realizou para perceber e descrever re-produções das construções simbólicas como instrumentos de dominação, parte do privilégio à dimensão política dos sistemas simbólicos, em detrimento da naturalização do sentido lógico do mundo. De acordo com o autor, “a contribuição maior daquilo que realmente se deve chamar de revolução estruturalista consistiu em aplicar ao mundo social um modo de pensamento relacional, que [...] identifica o real não a substâncias, mas as relações” ³ (BOURDIEU, 2004, p. 152).

O capital material ou simbólico acumulado pelos grupos sociais em suas relações de poder dependem da luta que travam no cotidiano, bem como da maneira e dos sistemas simbólicos que podem ser reproduzidos por seus agentes. A produção da realidade social e a apropriação das formas dos sistemas simbólicos por determinado grupo pode favorecê-lo e tendem a beneficiar a construção de um determinado sentido ao mundo social. Por sua vez, a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas ‘científicas’ e de uma escrita. Essa análise das premissas, das quais o discurso não fala, permitirá dar contornos precisos às ‘leis’ silenciosas que organizam o espaço produzido, onde a escrita da

¹ O regionalismo e/ ou nacionalismo constituem casos particulares de lutas simbólicas (ALBUQUERQUE JR, 1994).

² Para o autor, o *habitus científico*, é uma estratégia social que viabiliza a compreensão das práticas e representações sociais, que se movem e se modificam segundo as dinâmicas das ‘lutas simbólicas’ por um determinado espaço social, através da legitimação de um discurso específico.

³ “[...] Por estruturalismo ou estruturalista, quero dizer que existem, no próprio mundo social e não apenas nos sistemas simbólicos – linguagem, mito, etc. -, estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes, as quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações” (BOURDIEU, 2004, p. 149).

história, “obedece às regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas” (CERTEAU, 2006, p. 66).

Desta forma, podemos perceber como a participação do historiador na construção de ‘verdades’ históricas é fundamento importante para o desenvolvimento das críticas sobre a produção historiográfica. A constatação de que o passado é um lugar de interesses fez com que a historiografia moderna começasse efetivamente a ater-se às preocupações de *diferenciação* entre o presente e o passado. Desta maneira buscou-se perceber que a validade do “real” no discurso é histórica e que, portanto, provém das determinações de um lugar. Sendo assim, tais possibilidades provocam a necessidade de realizações críticas sobre a desnaturalização da racionalidade das práticas sociais, das construções simbólicas e discursivas dos processos históricos.

Para além das definições referentes aos espaços praticados buscamos aqui pensar que aquilo que se oculta nos discursos hegemônicos também gera história, principalmente, quando refletimos sobre os processos sociais que sistematizaram determinadas realidades ‘legitimadas’ que articuladas a determinados discursos históricos adquiriram ‘legitimidade’ e status de ‘verdade’.

Objetivos

1. A escrita da história: uma prática social

A aliança entre a escrita e a história possibilita uma reflexão da relação que os discursos mantêm com o real, ou seja, quais as conexões que evidenciam o pensamento e a produção da história em um determinado momento histórico. A compreensão de que o ‘fazer história’ é uma dessas práticas com operações e discursos que lhes são particulares, perceber o movimento constante da história que estuda, e atentar para o lugar de sua elaboração contribuem para denunciar fragmentos desse momento revelando aspectos de como as sociedades se inventaram são questionamentos que atravessam este trabalho.

É necessário compreender o lugar do discurso histórico, pois é importante entendê-lo como possibilidade às operações de determinado fazer e saber, para tanto, busca-se perceber que tais operações possuem técnicas, métodos e práticas

que lhe definem como prática instituída⁴. A relação que engendra discurso e técnicas, e que produz um discurso histórico, está relacionada ao movimento através do qual uma sociedade modificou as suas relações com a natureza, trazendo à cena a simbolização literária ou estética, transformando a natureza em ambiente cultural. Em história, as formas de se relacionar com o presente e com o passado não é algo dado, nem construído passivamente, mas o produto de um trabalho (CERTEAU, 2006, p. 86).

O campo da produção histórica, como um lugar produtor de saberes, está enredado em relações que conformam o discurso historiográfico. Realizar questionamentos sobre o lugar da produção do saber historiográfico, de como são produzidos em seus escritos as relações desiguais de poder, é aceitar este debate como um significativo campo de compreensão sobre as “subordinações” reproduzidas, também no campo acadêmico, sobre o “estabelecimento de lugares hierarquicamente diferenciados no campo historiográfico” (ALBUQUERQUE JR, 1994, p. 12).

2. A região como espaço praticado

O discurso histórico como espaço de invenção da identidade de uma região têm suas diferenças internas quase sempre suprimidas em nome de um discurso que tende a homogeneizá-lo. Pensar a região do ponto de vista de sua produção histórica é repensá-la como algo que foi produzida, adequada a um determinado sentido. ALBUQUERQUE JR. (1994) prefere apontar para o fato que a região, “não é um fato inerte na natureza”, para ele,

os lugares, os recortes geográficos, as regiões são fatos humanos, são pedaços de história, [...] de enfrentamentos que se cristalizam, são ilusórios ancoradores permanentes [...] da luta social [...] uma espacialidade fundada historicamente, originada por uma tradição de pensamento, uma imagística e textos que lhe deram realidade e presença” (p. 106).

⁴ Por “discurso” entendo o próprio gênero histórico, ou antes, na perspectiva de Michel Foucault (1969), “uma prática discursiva” ou “o conjunto das regras que caracteriza uma prática discursiva” (CERTEAU, 2006).

É importante perceber como a região passou a ser um objeto de trabalho do discurso histórico, sendo então percebida como produto de “certas forças e atividades políticas” em seu processo de invenção, criação e afirmação “imagético-discursiva”, desta maneira, “o questionamento da região, como uma identidade fixa, passa pela retirada das fronteiras do campo historiográfico”.

A aproximação dos estudos históricos com os estudos sociológicos levou a uma maior compreensão sobre a estrutura e seus acontecimentos. Em Pierre Bourdieu (1998) as observações que se atentam para a apreensão da construção do poder simbólico dizem respeito ao fato dele primeiramente ser um poder social, ou seja, socialmente construído. O poder simbólico é um poder “invisível e legitimado” que demonstra como as estratégias de dominação são inventadas, mantidas e modificadas.

Em relação à região e suas possibilidades de construção, para o auto, são as práticas que constroem regiões a partir de estratégias políticas, econômicas e culturais. A região como um dotado de simbolismo, é lugar de dinâmica das relações sociais, da construção da identidade social e simbólica, e também pode ser compreendida como espaço de dominação. A problematização sobre o conceito de região como feição do simbólico, proposto por Pierre Bourdieu (1998), demonstra como neste momento o autor aprofundou seus estudos sobre as práticas discursivas expondo o fato de que a produção de verdades são necessidades construídas social e historicamente, de modo que para o sociólogo, o poder simbólico é capaz de ampliar o olhar sobre o entendimento da região como subjetiva e espaço de representação.

A proposta epistemológica ao conceito de região aproxima-se ao do campo histórico. A região passa a existir para além de fronteiras naturais e geográficas, agora, configura-se no âmbito da cultura e das relações sociais, assim, “o que faz a região não é o espaço, mas o tempo, a história” (BOURDIEU, 1998, p. 115). Desta maneira os indivíduos passam a se identificar com o discurso histórico e as visões do mundo social que determinadas coletividades em suas práticas discursivas, inclusas de poder, tecem e dão sentido ao que conhecemos como região.

As essências dos discursos que confeccionam uma pretensa região acabam atuando através da produção ‘imagético-discursiva’ de universos sociais que são definidos por representações, táticas e estratégias específicas. O processo histórico

onde é gestada a consistência de ‘verdades’ históricas enrijece a possibilidade de novos olhares sobre os espaços. Essas ‘realidades’ tomadas como verdades são fixadas através da repetição de imagens e discursos que com o decorrer do tempo cristalizam situações históricas e paradigmas teóricos da construção da região. O preenchimento da região implica na utilização de signos, que legitimados, atuam de forma consistente no imaginário social contribuindo para que as mesmas imagens e os mesmos enunciados, pelo recurso da repetição, possuam caráter de verdade (ALBUQUERQUE, 1994).

É preciso perceber nas narrativas criadoras de discursos a tensão existente na instituição de uma região através da análise de suas práticas. O conceito de região é abrangente e configura-se como um espaço constituído de sentidos. O debate sobre região é um dos aspectos abordados por Durval Muniz de Albuquerque Jr. (1994), de modo que a contribuição de seus estudos foi imprescindível para as novas formas de se dizer e ver o regional. Compreender a região como invenção, como produto das disputas de enunciadores de narrativas e discursos da região, desmitifica a ambição das ‘dizibilidades’ e das ‘vizibilidades’⁵. Para o autor, a região se constrói a partir das percepções de identidade, bem como às representações das ideias da região.

A construção da região como um novo lugar tem seu sentido dado pelo passado, nesta perspectiva, a tradição se apoia nas ideias da criação de um espaço a partir do elemento folclórico, que para o historiador, se constitui uma forma e reação à disseminação das novas práticas do mundo moderno. A emergência de novas discussões que movimentam a ideia de região surge em decorrência das modificações neste momento de aniquilamento das espacialidades tradicionais, onde uma nova ideia de região

nasce da mudança mais geral na disposição dos saberes, a qual provoca, inclusive, a mudança nas posições recíprocas e o jogo mútuo entre aquele que deve conhecer e aquilo que é objeto do conhecimento, mudança esta não apenas na forma de olhar para o

⁵ Segundo Michel Foucault, a história é um modo de vincular as coisas, ao mesmo tempo, ao olhar e ao discurso. Por isso, buscamos neste mesmo autor, os conceitos de visibilidade e dizibilidade, como o conjunto de relações sociais e de códigos que fazem ver e dizer, de determinadas formas e não de outras, em cada momento histórico, para poder relativizar a forma como foi visto e dito o Nordeste e o nordestino (ALBUQUERQUE JR, 1994, p. 14).

referente, este espaço fixo, mas, a emergência de um novo modo [...] um novo objeto para ser visto (ALBUQUERQUE, 1994, p. 93).

A tradição deve ser questionada, criticada, pois é compreendida como um lugar onde lutas simbólicas são travadas para que o tempo seja enrijecido, para que fique preso a um determinado passado, nasce da tradição, portanto, se configura como sendo sempre 'verdade', independentemente do momento histórico. O desenho da região é composto por diversos fragmentos históricos que a preenchem e dão feição a um espaço a partir de aspectos que visam à permanência de uma determinada cultura. Os conhecimentos e estereótipos são enunciadores de discursos sobre uma realidade onde não se alteram as relações históricas e sociais de poder. As novas formas de ver e dizer estavam atuando de modo a favorecer o processo de "invenção das tradições. Construir o novo, negando a sua novidade, atribuindo-o uma pretensa continuidade, como estavam fazendo com a própria região" (ALBUQUERQUE, 1994, p. 125).

A região é uma espacialidade que se institui socialmente através do processo histórico pelos discursos que conformam e formam uma região, passível de modificações em sua estrutura social mediante as novas relações instituídas pela modernidade. Descobre-se que a afirmação da ideia de uma região surge através de "práticas discursivas que vão afirmando uma sensibilidade e produzindo um conjunto de saberes de marcado caráter regional" (ALBUQUERQUE JR., 1994, p. 117). Sendo assim e diante da necessidade de reagir à ameaça de dissolução, o discurso da região atua no sentido de forjar um espaço identificado com os interesses particulares, compreendidos como os interesses do espaço regional.

O que se define como região, é uma multiplicidade de acontecimentos, de eventos históricos que permitem unir o espaço. Através das práticas discursivas é instituída esta região (conjunto de referências e conteúdos) que passa então a ser dizível e visível. Esse conjunto de enunciados que acabaram por contribuir para a invenção de uma região 'são também históricos' (ALBUQUERQUE JR., 1994, p.108).

Considerações Finais

A definição do conteúdo dos processos históricos da formação das regiões busca demonstrar que cada região se constitui e se define por histórias e saberes

diferentes. A necessidade de se 'inventar' uma tradição é decorrente da busca pela legitimação das 'verdadeiras raízes regionais', o que leva ao estabelecimento de uma nova divisão no âmbito da região. A experiência de se conciliar elementos que buscam garantir uma nova estabilidade social e a manutenção determinadas tradições, permite a garantia de privilégios aos grupos sociais 'ameaçados' pelas novas formas sociais.

As contribuições dos estudos de sociologia e história para a reflexão dos discursos performativos da região são importantes porque definem um novo olhar para este espaço que foi definido de acordo com as problemáticas decorrentes em cada período de sua formação. Neste sentido, a região vai surgir como um debate que permite a compreensão de que "cada sociedade se pensa 'historicamente' com os instrumentos que lhes são próprios" (CERTEAU, 2006, p. 78).

É importante lembrar que, tanto para Michel de Certeau (2006) como para Bourdieu (1998), a realidade social é um produto histórico, para tanto M. de Certeau se atenta às práticas de re-invenção da sociedade através da compreensão de que, ao se tornar um modo de produção, a economia escriturística ganhou status mítico e passível de críticas e re-interpretações. Já Bourdieu, atenta-se ao fato de que às representações são entendidas como resultado das práticas humanas instauradas por lutas simbólicas mediante a necessidade da imposição de um discurso histórico e social como 'verdadeiro'. Ambos propõem uma discussão sobre os assuntos que se fazem ver e crer no cotidiano, demonstrando a preocupação com as vivências e experiências dos grupos humanos no que tange às suas ações e representações históricas do mundo social.

O conhecimento da região não deve possuir fronteiras, deve, antes, se distanciar da sensação de demarcação provocada, sobretudo, por estudos "arreflexivos", nos termos de Durval Muniz Albuquerque Jr., sobre o processo de invenção de qualquer espaço. Compreender o lugar de autoridade dos discursos é passo fundamental nas novas análises sobre o papel da tradição na criação de 'um passado para o presente'. Isso pode ser percebido quando a história é elaborada de forma a ser afirmada como "pedaços revividos do passado, quando na verdade são invenções do presente" (ALBUQUERQUE, 1994, p. 105), na verdade, a tradição é o dispositivo que produz a emergência de "um novo objeto histórico fundado na tradição" (idem, p. 106).

O historiador propõe que a região deve ser compreendida como um saber produzido, como uma produção peculiar, uma concretude de saberes ‘radicados na região’ (idem, p. 153). Desta maneira, a importância do estudo do papel das regiões nas reflexões sobre o processo de formação da nacionalidade, se configura como um dos principais debates levantados pelo autor, para quem “a origem da nacionalidade é buscada na história de cada região” (idem, p. 158), além de sintetizar a abstração da nação, para ele, cada região se configura a partir desse “conjunto de fragmentos imagéticos e enunciativos, que foram agrupados em torno de um espaço, de uma ideia inicialmente abstrata de região” (idem, p. 159).

A classificação que o discurso oficial do Estado produz acaba por exprimir os limites de um ponto de vista que está instituído como uma compreensão ‘legítima’, reconhecida por autoridades que representam o discurso oficial, reconhecendo também aqueles que estiverem facilmente afeitos à reprodução dessa realidade social evidente ou à ‘familiaridade com uma dada tradição erudita’ (BOURDIEU, 2004, p. 168).

Sendo assim, a ideia de região deve ser pensada como um conceito plural, móvel, polissêmico, incompleto, abrangente que se inova, em constante construção e que se configura através de discursos e tramas performativos, já que a eficácia do discurso dominante impõe uma nova definição do que é ‘legítimo’, modificando o sentido histórico que sustenta a concepção de uma construção mediada por lutas de forças ‘simbólicas’ entre indivíduos de um dado espaço social, conformados em práticas que dão sentido ao que denominamos região.

Referências

Capítulo de livro:

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e Poder simbólico. In: **Coisas Ditas**. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 149-168.

CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: **A escrita da história**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 65-119.

Autor de Livro:

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

Dissertações e Teses:

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. **O engenho anti-moderno: a invenção do nordeste e outras artes**. Campinas, 1994. 500 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 1994.